

VIVER, OBSERVAR E ESCREVER: A EXPERIÊNCIA SOCIOTERRITORIAL “DAS DORES” DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Marília Goulart Silva, Lidiane Maria Maciel.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, marilia_goulart@yahoo.com.br, lidiani.maciel@gmail.com.

Resumo - Este artigo apresenta o processo de escrita e organização do livro baseado na história de vida de Maria das Dores, adicta¹, e que teve como experiência a rua como espaço de moradia por longos anos. O livro relata uma história de vida para além do individual, mas sobretudo coletiva. São destacadas na narrativa as experiências de sobrevivência e transformação de realidade, a vida institucional e a circulação por diferentes cidades do Vale do Paraíba e bairros de São José dos Campos. O artigo apresenta ainda algumas reflexões referentes à política de assistência social como um direito do cidadão, por meio da técnica da escrivência utilizada por Maria das Dores. O projeto nasce de uma iniciativa de pesquisa, vinculada a iniciativas extensionistas do NEPACS (Núcleo de Pesquisa e Cartografias Sociais/UNIVAP), e inspirada em uma tese de doutorado em andamento.

Palavras-chave: História de vida, Narrativas, População em Situação de Rua, Planejamento Urbano.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar um relato de experiência de um projeto em desenvolvimento do processo de escrita e organização do livro “Das Dores”, que relata a história de vida de Maria das Dores, mulher negra, periférica, adicta, e que teve a iniciativa de relatar suas experiências de vida por meio de um livro, no intuito de, conforme ela cita, “conscientizar e ajudar outras pessoas na mesma condição”, seu desejo é mostrar que é possível transformar a realidade.

Verifica-se na escrita de Maria das Dores diversos elementos da gestão socioterritorial dos municípios, a periferização das classes sociais menos favorecidas, a gestão territorial não estatal pela venda e distribuição de drogas. E por fim, a circulação e estratégias de sobrevivência da população em situação de rua.

É necessário ao Planejamento Urbano, enquanto área disciplinar e gestão pública, a sensibilização para trajetórias de vida vinculadas à experiência relatada por Das Dores em seu processo de escrita. Ele informa sobre as desigualdades socioterritoriais no plano dos municípios, apresenta por dentro a narrativa da vida periférica. E ainda a autonomia do relato, feito não mais por um pesquisador, mas pelo sujeito de pesquisa, torna-se interessante à produção de um novo saber.

Até o terceiro trimestre de 2021, conforme publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil era 12,6% da população. Somada a essa constatação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

¹ Termo utilizado pelo Narcóticos Anônimos para definir as pessoas que se tornam dependentes do uso de drogas ilícitas. O termo é utilizado para quem está ou não em uso de drogas.

(IPEA) a partir de dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) para 1.924 municípios brasileiros, estimou que cerca de 221.869 mil pessoas viviam em situação de rua, até março de 2020. Número este de difícil exatidão, no entanto, basta um caminhar rápido nas cidades brasileiras de diferentes portes para confirmar a hipótese que em tempos de crise política/econômica, há o aumento do número de população em situação de rua, homens e mulheres de diferentes idades, traços regionais e sexuais, ocupando as praças e as calçadas, carregando consigo objetos pessoais, muitas das vezes, sob efeito de qualquer entorpecente, seja álcool ou outras drogas.

Metodologia

A escritora Conceição Evaristo (2009) é quem apresenta inicialmente o conceito de “escrivências” como método de investigação e produção de conhecimento nas ciências humanas e sociais, enfatizando a importância de dar foco às histórias de vida das mulheres negras e de que forma essas vivenciam a política de assistência social. A ideia inicial nasceu quando Maria, ao participar do projeto “Eu abraço esta causa, eu uso máscara”², como uma das costureiras, relatou que estava escrevendo um caderno com sua história de vida e todas as experiências por ela vivida e expressou seu sonho de fazer destas anotações um livro.

A partir daí, realizou-se um primeiro encontro para conhecer pessoalmente Maria das Dores, entender um pouco mais de sua ideia sobre o livro e também conhecer mais a fundo sua história de vida. Na ocasião Maria encontrava-se acolhida no abrigo municipal destinado às mulheres que estão em situação de rua. Lançamos a proposta de organizar os relatos para realização do livro.

Neste encontro inicial, foram tiradas fotos das páginas já escritas por Maria, na intenção de transcrevê-las e organizá-las. Com o material em mãos, realizou-se então a transcrição e organização do texto inicial fornecido por Maria.

Para realização deste projeto, contamos com a parceria de Maria das Dores, que gentilmente nos contou sua história, nos cedeu o material escrito para ser digitalizado. Foram inúmeras vezes as visitas para os ajustes e organização do livro.

² O projeto “Eu abraço esta causa, eu uso máscaras” foi uma iniciativa do Observatório das Migrações do Estado de São Paulo, sediado na Universidade Estadual de Campinas em parceria com o Ministério Público do Trabalho e a Universidade do Vale do Paraíba, por meio do Núcleo de Extensão Pesquisa-ação Cartografias Sociais (NEPACS), que teve como objetivo a produção de máscara de proteção contra o Coronavírus (COVID-19) por costureiras que tiveram perdas de rendimentos durante a pandemia.

Figura 1 - Preparação dos manuscritos, 2021.



Fonte: NEPACS - Núcleo de Extensão Pesquisa Cartografias Sociais; UNIVAP.

As etapas de execução da organização foram: transcrição inicial e ajustes editoriais do texto já escrito; encontros com a autora para organização e aprovação da escrita. Este processo de pesquisa é amparado pelo debate realizado no âmbito do projeto Cartografia da desterritorialização e do controle social: trajetórias sociais da população em situação de rua em São José dos Campos (1980-2020), avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UNIVAP), CAAE 5137.1921.6.0000.5503.

Resultados

Na primeira etapa do projeto sistematizamos os relatos de Maria das Dores, acrescentando sessões e as mudanças por ela apontadas. O relato foi organizado considerando a própria ordem da narrativa. Então, chegou-se ao seguinte formato:

- Infância periférica interiorana;
- Território, uso e tráfico de drogas: “ser dona da biqueira”;
- Disputa pelo comércio e sistema Carcerário;
- Da casa família a vida nas ruas: a caçamba de dormir
- Vida Institucional: do acolhimento religioso ao “abrigo”;
- Vida que segue: do abrigo a casa de aluguel

Em todas as etapas da escrita, o território como lugar de disputa é apresentado. A categoria assume força no relato de Maria Das Dores, sendo quesito importante em sua narrativa de vida, mediado ou não pela ação do estado, pelas políticas de planejamento urbano. Verifica-se que determinadas políticas empurram pessoas em situação de rua para outras cidades, quando não as expõem a vida na criminalidade e ao sistema carcerário.

Discussão

A iniciativa de Maria das Dores, vem de encontro com o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2009), que hoje sai do campo da literatura, penetrando nas discussões metodológicas das ciências sociais. Quando apresenta de forma detalhada sua experiência nas drogas e nas ruas, Das Dores expõe como a sociedade estigmatiza e destina determinados espaços a essa população. O ingresso no sistema carcerário aparece como amplamente valorizado na resolução do conflito, conforme é explicitado na narrativa. A circulação entre bairro periférico, ruas do centro da cidade e penitenciária, constrói um caminho bastante tortuoso. Entre população em situação de rua e “boa sociedade” sempre apresenta-se a possibilidade de ir parar na “cadeia”. O que para Foucault (2005) fica claro que as populações são forjadas pela governamentalidade. Em sociedades que apresentam o dispositivo da biopolítica, a relação de poder está associada ao espaço: exerce-se o controle dos fluxos, da circulação, do homem enquanto espécie, visando ao controle da população. Assim, a pobreza é criminalizada e a parte do dispositivo de sua gestão que chega a algumas parcelas da população é – única e simplesmente – a repressão.

Evaristo (2017, p.7), em *Becos de Memória*, afirma que “[...] as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”, na intenção de construir uma narrativa singular, mas que direciona a uma coletividade. Assim, escrever para Maria das Dores significa contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a experiências de outras pessoas, compreendendo que existe uma ligação entre quem narra e quem vivencia a história, seja por suas experiências em comum ou por meio das questões sociais vividas por estes indivíduos. E assim durante todos os encontros, realizados posteriormente na casa de Maria da Dores, após deixar o abrigo, rendiam muitas outras histórias que se entrelaçam às histórias vividas por ela. Histórias essas singulares e ao mesmo tempo coletivas, marcadas mais uma vez por Evaristo (2017) quando afirma, “Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala si”.

Em todo o processo de escrita Maria relatou suas diversas experiências durante o uso de drogas e como fazia para sobreviver, levando-nos à reflexão de como é possível identificar algumas situações onde a política de assistência social não esteve presente na vida de Maria e como essa ausência se reproduz na vivência de outras pessoas que estão ou estiveram na mesma situação relatada na história dela.

A assistência social é uma política de proteção que, de acordo com o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, “[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”, e assim, a escrevivência relatada por Maria das Dores nos leva a contestar o papel do Estado diante de todos os acontecimentos na vida de Maria.

Para além do acesso ao direito da política de assistência social, podemos refletir também acerca do direito à cidade, quando durante sua escrevivência, Maria relata sua passagem pela situação de rua e a forma como muitas vezes foi impedida de ocupar determinados lugares.

As dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua estão nas simples atividades cotidianas, como dormir, se alimentar, se higienizar, trabalhar, se entreter, cuidar da saúde. Soma-se a isso a violência sofrida por se apropriarem da rua para viver. Para Mendes (2007, p.119) essas pessoas são vistas pelos demais com um problema. No entanto, “isso tudo se dá sem que haja um afastamento eficaz dos

moradores de rua do convívio social como ocorre aos criminosos ou doentes”, assim estes, assim como Maria das Dores, são vítimas de preconceito e desamparo.

Conclusão

Por meio deste projeto em andamento, pode-se observar a importância da escrivência definida por Evaristo (2009), na vida das pessoas que, por sua etnia ou pelo desamparo social, vivenciam a desigualdade e as dificuldades de inserção social (MARTINS, 1997).

Maria das Dores por meio de sua história vem nos ensinando e provocando reflexões mais profundas sobre a desigualdade social. Considera-se a partir de sua trajetória que é coletiva que todas as pessoas possuem necessidades sociais e com a pessoa em situação de rua não é diferente.

São necessidades de segurança, de liberdade, de certezas e incertezas, de trabalho e diversão, do previsível e do imprevisível, trocas, encontros e inúmeras necessidades. A vida urbana não consegue suprir a maior parte dessas necessidades. Ressalta-se que a relevância do tema não só para a academia, mas para a sociedade civil. O mobiliário urbano, o higienismo social aponta que o direito à cidade não é assegurado a todos habitantes que produzem a mesma, havendo certa banalização da injustiça social.

Agradecimentos: À Maria das Dores.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei 8.742/93. Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 1993.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.

FELTRAN, Gabriel. S. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: selo martins 2014.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES, Mariana. **Os moradores de Rua e suas Trajetórias:** um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA7GYUKU/tese.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2019.

NATALINO, Marco. **Nota técnica no 73:** Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: Disoc-Ipea, junho de 2020. Disponível (on-line) em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf.